

Contas Nacionais Trimestrais Por Sector Institucional (Base 2006)

1º Trimestre de 2012

Necessidade de financiamento da economia diminui. Poupança das famílias aumenta.

No ano terminado no 1º trimestre de 2012, a necessidade de financiamento da economia, em percentagem do PIB, diminuiu para 3,9% (5,0% no ano acabado no trimestre anterior). Esta diminuição esteve associada a um aumento da capacidade de financiamento das famílias e a uma redução da necessidade de financiamento das sociedades não financeiras. A necessidade de financiamento das Administrações Públicas aumentou ligeiramente.

A capacidade de financiamento das Famílias aumentou 0,7 p.p., atingindo 5,1% do PIB no 1º trimestre de 2012 refletindo fundamentalmente o aumento da taxa de poupança das Famílias. Esta taxa aumentou 0,8 pontos percentuais para 10,8% em consequência sobretudo da redução do consumo privado. A redução de 0,5 p.p. na necessidade de financiamento das sociedades não financeiras para 4,2% do PIB no ano acabado no 1º trimestre de 2012 foi essencialmente determinada pela diminuição do investimento.

A necessidade de financiamento das Administrações Públicas agravou-se 0,1 p.p., passando de 4,2% em 2011 para 4,3% no ano acabado no 1º trimestre de 2012. Esta evolução refletiu em larga medida a diminuição das receitas de impostos sobre a produção (variação de -1,7% no ano acabado no 1º trimestre de 2012) e o aumento das prestações sociais (1,2% no mesmo período).

Os resultados apresentados (ver quadros nos ficheiros Excel em anexo) correspondem à primeira versão do 1º trimestre de 2012 das Contas Trimestrais por Sector Institucional (CTSI). Esta versão tem uma natureza preliminar dado que a informação de base utilizada está sujeita a revisões.

As CTSI diferem das Contas Nacionais Trimestrais por não serem ajustadas de sazonalidade. A análise descritiva e os gráficos que a seguir se apresentam referem-se ao ano acabado no trimestre de referência (o que permite eliminar flutuações sazonais e reduzir o efeito de oscilações irregulares). Na comparação de trimestres consecutivos são, em regra, utilizadas taxas

de variação em cadeia entre o ano acabado em cada trimestre e o ano acabado no trimestre precedente.

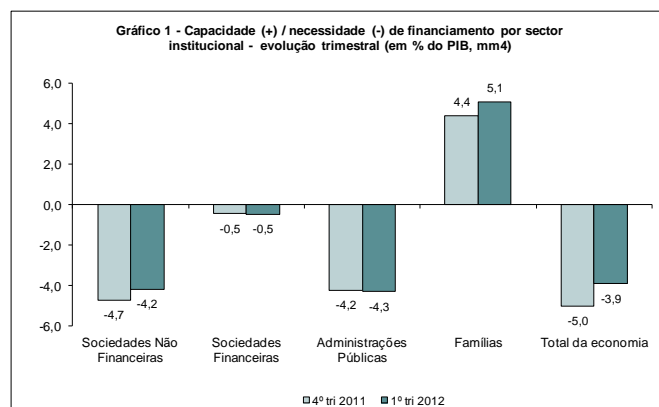
As CTSI são apresentadas exclusivamente em termos nominais.

Neste "Destaque" descreve-se nas próximas secções: (i) a evolução dos principais agregados por sector institucional; (ii) a evolução do rendimento nacional bruto e do rendimento disponível da nação; (iii) o comportamento das remunerações e dos custos do trabalho por unidade produzida; (iv) os principais fatores subjacentes à revisão das estimativas anteriores.

A necessidade de financiamento da economia diminuiu para 3,9% do PIB

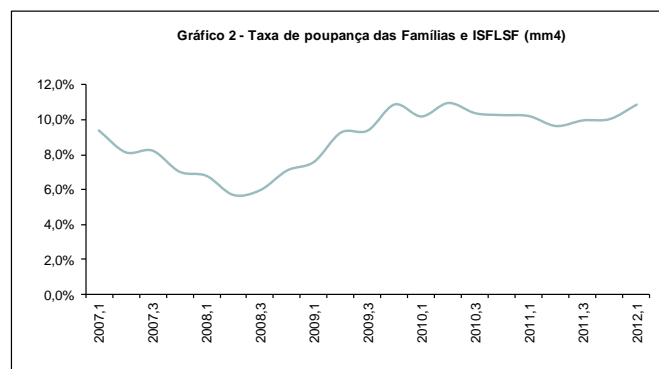
No 1º trimestre de 2012, a necessidade de financiamento da economia diminuiu para 3,9% do Produto Interno Bruto (PIB), menos 1,1 pontos percentuais (p.p.) que no ano acabado no trimestre anterior. Esta evolução favorável foi essencialmente devida ao comportamento das exportações de bens e serviços, que aumentaram 2,4% relativamente ao ano terminado no trimestre anterior, enquanto as importações de bens e serviços diminuíram 0,5%. É ainda de salientar o contributo positivo dos saldos de transferências correntes e de transferências de capital.

A necessidade de financiamento das Administrações Públicas (AP) passou de 4,2% para 4,3% do PIB no ano terminado no 1º trimestre de 2012. Este ligeiro aumento da necessidade de financiamento refletiu sobretudo a diminuição das receitas de impostos sobre a produção (-1,7%) e o aumento das prestações sociais (1,2%). Para o conjunto dos restantes setores internos, a capacidade de financiamento situou-se em 0,4% do PIB no 1º trimestre de 2012, o que compara com uma necessidade de financiamento de 0,8% do PIB no ano terminado no trimestre anterior. Esta evolução resultou, essencialmente, da redução de 0,7% das despesas de consumo final das famílias e da diminuição da formação bruta de capital das sociedades não financeiras em 4,4%.



Famílias: taxa de poupança aumentou para 10,8% do rendimento disponível

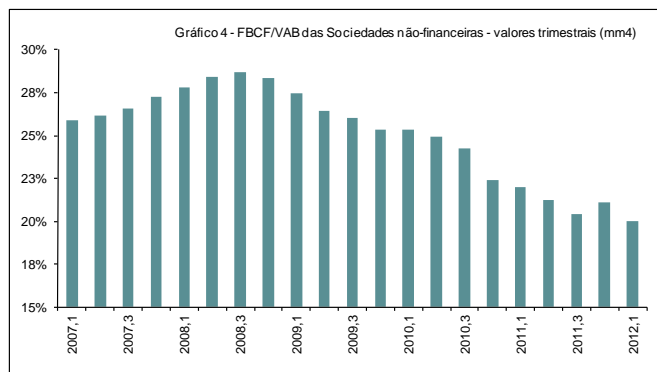
A capacidade de financiamento das famílias aumentou 0,7 pontos p.p. no 1º trimestre de 2012, para 5,1 % do PIB, traduzindo o aumento da poupança corrente e, em menor grau, a redução da formação bruta de capital. Efetivamente, a taxa de poupança das Famílias fixou-se em 10,8% do rendimento disponível, o que representou um aumento de 0,8 p.p. relativamente ao ano terminado no trimestre anterior.



O aumento da poupança resultou sobretudo da redução de 0,7% da despesa de consumo final. Efetivamente o rendimento disponível manteve-se praticamente inalterado (aumento de 0,2%) pois a redução das remunerações foi compensada por um conjunto de fatores, nomeadamente, pelo aumento dos rendimentos de propriedade e pelo aumento das

prestações sociais recebidas líquidas de contribuições sociais pagas (ver gráfico seguinte).

A diminuição da atividade económica e o aumento do desemprego, para além do impacto sobre as remunerações (taxa de variação de -0,9%), conduziu à diminuição das contribuições sociais pagas (taxa de variação de -1,0%) e ao aumento das prestações sociais recebidas (taxa de variação de 0,7%).



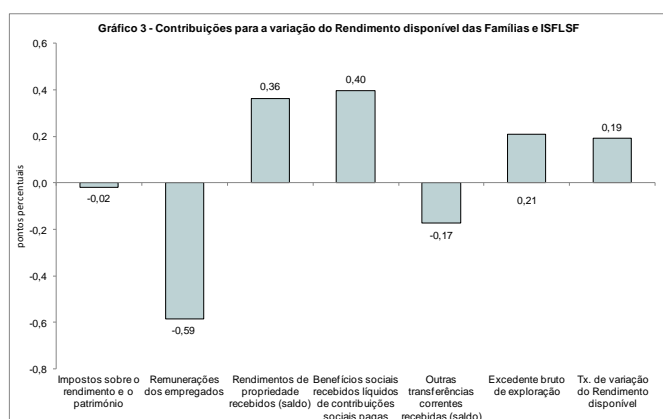
Sociedades Financeiras: necessidade de financiamento estabiliza em 0,5% do PIB

No ano acabado no 1º trimestre de 2012, a necessidade de financiamento do setor das Sociedades Financeiras estabilizou em 0,5% do PIB. Tal como no trimestre anterior, devido à utilização de valores acumulados de 4 trimestres, aquele resultado reflete o impacto negativo da transferência dos fundos de pensões deste sector para a Segurança Social.

A poupança corrente registou uma diminuição de 0,8%, o que compara com um aumento de 7,2% no trimestre anterior. Os rendimentos de propriedade pagos e recebidos aumentaram 4,8% e 4,9%, respetivamente, com um reduzido impacto sobre a necessidade de financiamento do sector.

Sector das Administrações Públicas: défice aumenta 0,1 p.p.

A necessidade de financiamento do sector das Administrações Públicas (AP) registou um aumento de 0,1 p.p. no ano terminado no 1º trimestre de 2012, relativamente ao ano terminado no trimestre anterior, atingindo 4,3% do PIB. Este aumento da necessidade de financiamento resultou de uma redução mais acentuada na receita que a verificada na despesa (ver Quadro 1).



Sociedades Não Financeiras: FBC diminuiu 4,4% no ano terminado no 1º trimestre de 2012

A necessidade de financiamento das sociedades não financeiras diminuiu 0,5 p.p., fixando-se em 4,2% do PIB. Esta diminuição refletiu essencialmente o comportamento da formação bruta de capital (FBC), que se reduziu em 4,4% no 1º trimestre de 2012 (variação de -3,4% no trimestre anterior). A taxa de investimento (medida através do rácio entre a formação bruta de capital fixo e o valor acrescentado bruto do setor) retomou a trajetória decrescente iniciada no 4º trimestre de 2008, atingindo 20,0% no ano terminado no 1º trimestre de 2012 (21,1% no trimestre anterior).

Quadro 1: Receitas e Despesas do sector das Administrações públicas no ano acabado no trimestre (*)

unidade: 10⁶ euros

	2011Q1	2011Q2	2011Q3	2011Q4	2012Q1
Receitas totais	72.691,6	72.816,8	73.729,9	76.772,5	76.235,4
Receita corrente	67.909,2	67.942,4	68.812,9	69.255,5	68.740,9
Impostos sobre o rendimento e património	15.709,9	15.543,4	16.016,3	16.887,3	16.784,4
Impostos sobre a produção e importação	23.235,6	23.457,8	23.590,1	23.327,2	22.920,7
Contribuições sociais	21.146,2	21.203,0	21.229,6	21.057,8	20.855,2
Vendas	4.253,1	4.319,2	4.369,7	4.271,1	4.272,7
Outras receitas correntes	3.564,3	3.419,0	3.607,3	3.712,1	3.908,0
Receitas de capital	4.782,4	4.874,4	4.917,0	7.517,0	7.494,4
Despesas totais	88.871,9	88.007,3	87.478,2	84.018,4	83.600,9
Despesa corrente	79.031,5	78.589,0	78.256,0	77.618,7	77.619,7
Prestações sociais	37.778,1	37.564,7	37.511,8	37.844,4	38.093,6
Despesas com pessoal	20.819,1	20.400,1	19.945,8	19.370,4	18.995,0
Juros	5.795,6	6.299,1	6.884,6	7.345,3	7.645,8
Consumo intermédio	8.637,3	8.260,7	8.102,0	7.525,5	7.555,1
Subsídios	1.188,3	1.157,1	1.098,5	1.182,7	1.090,9
Outra despesa corrente	4.813,0	4.907,4	4.713,3	4.350,5	4.239,3
Despesa de capital	9.840,4	9.418,3	9.222,2	6.399,7	5.981,1
Formação bruta de capital fixo	6.187,4	6.162,5	6.079,6	4.428,0	4.407,1
Outra despesa de capital	3.653,0	3.255,8	3.142,6	1.971,8	1.574,0
Saldo corrente	-11.122,4	-10.646,6	-9.443,1	-8.363,1	-8.878,8
Saldo total	-16.180,3	-15.190,5	-13.748,3	-7.245,9	-7.365,5
<i>Por Memória:</i>					
Produto Interno Bruto, a preços de mercado	173.001,20	172.803,80	172.202,30	170.928,50	170.762,86
Défice em % PIB	-9,4%	-8,8%	-8,0%	-4,2%	-4,3%

	taxas de variação (%)				
	2011Q1	2011Q2	2011Q3	2011Q4	2012Q1
Receitas totais	1,3	0,2	1,3	4,1	-0,7
Receita corrente	1,2	0,0	1,3	0,6	-0,7
Impostos sobre o rendimento e património	3,4	-1,1	3,0	5,4	-0,6
Impostos sobre a produção e importação	0,4	1,0	0,6	-1,1	-1,7
Contribuições sociais	0,1	0,3	0,1	-0,8	-1,0
Vendas	3,1	1,6	1,2	-2,3	0,0
Outras receitas correntes	2,3	-4,1	5,5	2,9	5,3
Receitas de capital	2,8	1,9	0,9	52,9	-0,3
Despesas totais	0,2	-1,0	-0,6	-4,0	-0,5
Despesa corrente	0,1	-0,6	-0,4	-0,8	0,0
Prestações sociais	-0,1	-0,6	-0,1	0,9	0,7
Despesas com pessoal	-1,3	-2,0	-2,2	-2,9	-1,9
Juros	7,6	8,7	9,3	6,7	4,1
Consumo intermédio	0,8	-4,4	-1,9	-7,1	0,4
Subsídios	-0,4	-2,6	-5,1	7,7	-7,8
Outra despesa corrente	-1,9	2,0	-4,0	-7,7	-2,6
Despesa de capital	0,9	-4,3	-2,1	-30,6	-6,5
Formação bruta de capital fixo	-4,2	-0,4	-1,3	-27,2	-0,5
Outra despesa de capital	10,9	-10,9	-3,5	-37,3	-20,2

(*) Para maior facilidade de análise, estes quadros não incorporam o ajustamento SIFIM (Serviços de Intermediação Financeira Indiretamente Medidos) nas rubricas da despesa corrente, consumo intermédio e juros pagos, e nas outras receitas correntes. Este ajustamento não tem impacto no saldo das AP.

Do lado da receita, verificaram-se reduções dos impostos sobre a produção e a importação e das contribuições sociais. É importante referir que o montante de receitas de capital incorpora a transferência de patrimónios de fundos de pensões de instituições financeiras para as AP, ocorrida no 4º trimestre de 2011.

Do lado da despesa, a despesa corrente manteve-se praticamente ao mesmo nível do trimestre anterior, embora as suas componentes tenham evidenciado comportamentos heterogéneos. Os juros, as prestações sociais, e o consumo intermédio aumentaram. As despesas com pessoal, os subsídios e as outras despesas correntes, diminuíram. A redução das despesas com o pessoal esteve associada a uma redução do encargo médio por trabalhador e do emprego¹.

Tomando como referência valores trimestrais e não o ano acabado no trimestre, o saldo das AP situou-se em cerca de -3217 milhões de euros no 1º trimestre de 2012 (-3097 milhões de euros no trimestre homólogo de 2011).

Economia nacional: Rendimento Nacional Bruto diminui 0,1% no 1º trimestre de 2012

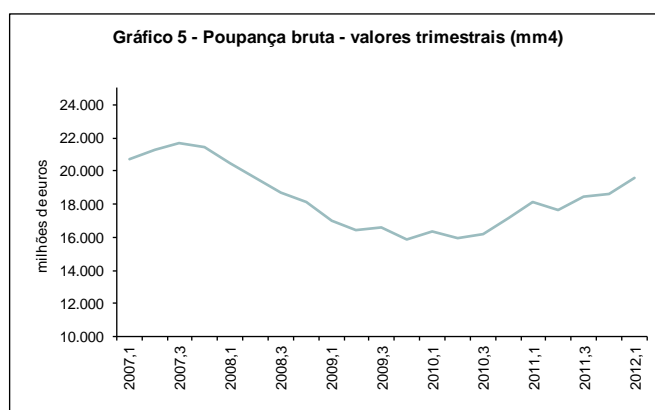
No 1º trimestre de 2012, o Rendimento Nacional Bruto (RNB) apresentou, em termos nominais, uma taxa de variação de -0,1%, idêntica à do PIB, tendo assim sido relativamente neutral o comportamento do saldo de rendimentos primários (remunerações do trabalho e do

capital) para a variação do RNB. É de referir no entanto que se registaram variações negativas significativas em ambos fluxos de rendimentos primários com o exterior em parte associado ao abrandamento da atividade na Zona Franca da Madeira. Efetivamente, os rendimentos primários recebidos do exterior registaram uma diminuição de 7,9% e os rendimentos primários pagos registaram uma diminuição de 5,0%.

Quadro 2: PIB, RNB e RDB no ano acabado no trimestre

ano acabado no trimestre	PIB		RNB		RDB	
	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)
2008T1	170 341	0,6	164 709	0,5	166 376	0,4
2008T2	171 289	0,6	165 401	0,4	166 950	0,3
2008T3	172 133	0,5	165 900	0,3	167 564	0,4
2008T4	171 983	-0,1	165 836	0,0	167 636	0,0
2009T1	170 828	-0,7	164 294	-0,9	166 018	-1,0
2009T2	169 280	-0,9	162 622	-1,0	164 257	-1,1
2009T3	168 616	-0,4	162 334	-0,2	163 687	-0,3
2009T4	168 504	-0,1	161 639	-0,4	162 800	-0,5
2010T1	169 524	0,6	162 981	0,8	164 063	0,8
2010T2	170 707	0,7	164 105	0,7	165 363	0,8
2010T3	172 133	0,8	165 206	0,7	166 588	0,7
2010T4	172 670	0,3	167 047	1,1	168 382	1,1
2011T1	173 000	0,2	167 731	0,4	169 237	0,5
2011T2	172 802	-0,1	166 525	-0,7	167 958	-0,8
2011T3	172 201	-0,3	166 451	0,0	167 915	0,0
2011T4	170 928	-0,7	164 800	-1,0	166 338	-0,9
2012T1	170 763	-0,1	164 571	-0,1	166 149	-0,1

O Rendimento Disponível Bruto (RDB) apresentou uma taxa de variação também de -0,1% no 1º trimestre de 2012. A despesa de consumo final da economia (que engloba as despesas de consumo final das Famílias e das AP) registou um decréscimo de 0,8%, o que determinou um aumento de 5,0% da poupança bruta corrente da economia, como se observa no gráfico seguinte.



¹ Segundo a Síntese Estatística do Emprego Público do 1.º trimestre 2012 da Direção-Geral da Administração e do Emprego Público, o emprego das AP, no final de março de 2012, situava-se nos 608 746 postos de trabalho, menos cerca de 2,7 milhares que o trimestre anterior. Esta tendência é também evidenciada pela informação recolhida pelo INE junto da Caixa Geral de Aposentações e da Segurança Social.

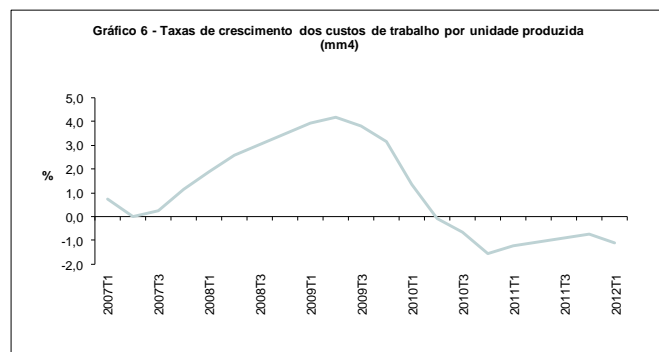
A FBC para o total da economia registou uma diminuição de 2,7% no 1º trimestre de 2012 (-7,0% no trimestre anterior). A redução da FBC e o aumento da poupança bruta corrente determinaram a redução da necessidade de financiamento externo da economia para 3,9% do PIB (5,0% no trimestre anterior).

diminuição da remuneração média foi reforçado pelo comportamento da produtividade aparente da economia, que aumentou no 1º trimestre de 2012.

Quadro 3: Poupança e Capacidade/necessidade de financiamento

unidade: % do PIB

ano acabado no trimestre	Poupança Bruta	Saldo das transferências de capital com o Resto do Mundo	Investimento + Aquisições líquidas de activos não financeiros não produzidos	Capacidade/necessidade líquida de financiamento
2008T1	12,0	1,1	22,9	-9,7
2008T2	11,4	1,1	23,1	-10,6
2008T3	10,8	0,9	23,3	-11,6
2008T4	10,6	1,0	22,9	-11,4
2009T1	10,0	0,8	22,2	-11,4
2009T2	9,7	1,1	21,3	-10,4
2009T3	9,9	1,2	20,6	-9,5
2009T4	9,4	1,2	20,2	-9,6
2010T1	9,6	1,1	20,2	-9,4
2010T2	9,3	1,0	20,1	-9,8
2010T3	9,4	1,0	19,7	-9,3
2010T4	9,9	1,3	19,6	-8,3
2011T1	10,5	1,4	19,5	-7,6
2011T2	10,2	1,4	19,0	-7,4
2011T3	10,7	1,4	18,6	-6,5
2011T4	10,9	1,4	17,4	-5,0
2012T1	11,5	1,5	16,9	-3,9



Revisões das estimativas apresentadas no trimestre anterior

As Contas Trimestrais por Sector Institucional agora apresentadas incorporam nova informação com as consequentes revisões das estimativas anteriores de alguns agregados. Relativamente à publicação anterior, referente ao 4º trimestre de 2011, são de destacar:

- A revisão das estimativas relativas aos rendimentos de propriedade recebidos pelo setor das sociedades financeiras, para o ano de 2011;
- A alteração nos valores de referência das Contas Nacionais Trimestrais (CNT) (ver "Destaque" de 8 de junho passado).

Custos do trabalho por unidade produzida (CTUP): redução em 1,1% no 1º trimestre de 2012

No conjunto da economia verificou-se uma redução das remunerações traduzindo os efeitos conjugados da redução do emprego remunerado e da remuneração média por trabalhador.

Efetivamente, no 1º trimestre de 2012, as remunerações pagas registaram uma diminuição de 0,9% (variação de -0,7% no ano acabado no 4º trimestre de 2011). Esta evolução refletiu a diminuição das despesas com remunerações do setor das AP (taxa de variação de -1,9%) e do setor das sociedades não financeiras (taxa de variação de -0,6%).

A variação dos CTUP manteve-se negativa, passando de -0,7% no ano acabado no 4º trimestre de 2011 para -1,1% no 1º trimestre de 2012. O contributo da

Programa de transmissão das Contas Trimestrais por Sector Institucional

As Contas Trimestrais por Sector Institucional são reportadas 90 dias após o trimestre de referência, de acordo com o Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho N.º: 1161/2005 e o programa de transmissão SEC95, actualizado pelo Regulamento do Parlamento Europeu e Conselho (CE) N.º: 1392/2007 de 13 de Novembro de 2007 que altera o Regulamento do Conselho (CE) N.º: 2223/96 no que respeita à transmissão de dados de contas nacionais.

Neste destaque o setor institucional das famílias inclui as instituições sem fim lucrativo ao serviço das famílias.

O programa de transmissão abrange as operações e saldos, não ajustados de sazonalidade, que a seguir se listam, que são compilados para os sectores, **Sociedades Não Financeiras (S11)**, **Sociedades financeiras (S12)**, **Administrações Públicas (S13)**, **Famílias e Instituições sem fim lucrativo ao serviço das famílias (S1M)**, **total da economia (S1)** e **Resto do Mundo (S2)**:

– Operações sobre bens e serviços (P):

- P.1 Produção
- P.2 Consumo intermédio
- P.3 Despesa de consumo final
 - P.31 Despesa de consumo individual
 - P.32 Despesa de consumo colectivo
- P.4 Consumo final efectivo
 - P.41 Consumo efectivo individual
 - P.42 Consumo efectivo colectivo
- P.5 Formação bruta de capital
 - P.51 Formação bruta de capital fixo
 - P.52 Variação de existências
 - P.53 Aquisições líquidas de cessões de objectos de valor
- P.6 Exportação de bens e serviços
 - P.61 Exportação de bens
 - P.62 Exportação de serviços
- P.7 Importação de bens e serviços
 - P.71 Importação de bens
 - P.72 Importação de serviços

– Operações de distribuição (D)

- D.1 Remunerações dos empregados
- D.11 Ordenados e salários

- D.21 Impostos sobre os produtos
- D.29 Outros impostos sobre a produção
- D.3 Subsídios
- D.31 Subsídios aos produtos
- D.39 Outros subsídios à produção
- D.4 Rendimentos de propriedade
- D.41 Juros
- D.42 Rendimentos distribuídos das sociedades
- D.43 Lucros de investimento directo estrangeiro reinvestidos
- D.44 Rendimentos de propriedade atribuídos aos detentores de apólices de seguros
- D.45 Rendas
- D.5 Impostos correntes sobre o rendimento, património, etc.
- D.6 Contribuições e prestações sociais
- D.61 Contribuições sociais
- D.62 Prestações sociais excepto transferências sociais em espécie
- D.63 Transferências sociais em espécie
- D.7 Outras transferências correntes
- D.71 Prémios líquidos de seguros não-vida
- D.72 Indemnizações de seguros não-vida
- D.73 Transferências correntes entre administrações públicas
- D.74 Cooperação internacional corrente
- D.75 Transferências correntes diversas
- D.8 Ajustamento pela variação da participação líquida das famílias nos fundos de pensões
- D.9 Transferências de capital
- D.91 Impostos de capital
- D.92 Ajudas ao investimento
- D.99 Outras transferências de capital
- D.92 Subsídios ao investimento
- D.99 Outras transferências de capital

- Outros registos de acumulação (K)

- K.1 Consumo de capital fixo

- Saldos (B)

- B.1 Valor acrescentado / B.1* Produto interno
- B.2/B.3 Excedente de exploração/ Rendimento misto
- B.5 Saldo dos rendimentos primários / B.5* Rendimento nacional
- B.6 Rendimento disponível
- B.7 Rendimento disponível ajustado
- B.8 Poupança
- B.9 Capacidade/necessidade líquida de financiamento